

A LUTA PELO FUTURO DA ÁFRICA AUSTRAL: AS ESTRATÉGIAS DE CONSAS E SADCC

Yussuf Adam, Robert Davies e Siphon Dlamini

A vida política regional da África Austral caracteriza-se hoje pela luta entre duas estratégias regionais opostas, procurando cada uma delas incorporar os Estados do subcontinente numa associação económica. Por um lado há a Constelação de Estados da África Austral (CONSAS), dirigida pela África do Sul, e, por outro lado, a Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC). Neste artigo analisar-se-ão sumariamente os objectivos e as perspectivas de ambas as organizações. Espera-se contribuir assim para a compreensão, tanto da actual estratégia do regime do «apartheid», o inimigo na região, como da contra-estratégia dos nove estados independentes da região.

A CONSAS deve ser encarada, em parte, no contexto histórico da política regional da África do Sul, sobretudo desde a Segunda Guerra Mundial, mas também como parte integral da Estratégia Total do «apartheid», tal como foi elaborada pelo Governo de Botha.

A Estratégia Total é a resposta do regime do «apartheid» à intensificação da luta das massas na África do Sul e ao desenvolvimento da luta pela libertação no subcontinente.

O seu objectivo é garantir a sobrevivência do sistema do «apartheid» por meio da intensificação da repressão interna

das massas e de uma política externa agressiva, assim como de uma campanha psicológica que visa aliciar certos elementos nacionais e dividir as massas e os seus aliados na região.

O estabelecimento de uma Constelação de Estados constitui o ponto 8 do Plano em 12 pontos do Primeiro-Ministro Botha, que definiu o programa da Estratégia Total. Os seus objectivos essenciais também foram expostos no Livro Branco de 1977 sobre a Defesa, documento no qual o regime se referiu pela primeira vez à necessidade de mobilizar os recursos políticos, económicos e psicológicos, bem assim como os militares, no «processo de garantir e manter a soberania da autoridade de Estado numa situação de conflito».

O Livro Branco traçou uma dupla posição no que respeita à política regional, a estratégia de aliar promessas a ameaças. No parágrafo 22 do Artigo f), por exemplo, trata da necessidade de «manter um sólido equilíbrio militar relativamente aos Estados vizinhos e outros Estados da África Austral», enquanto o ponto (f) estabelece como objectivo «a criação de relações de amizade e colaboração política e económica com os Estados da África Austral». O parágrafo 10 do mesmo Livro Branco enumera 14 «áreas de acção» a serem activadas, como parte da «Estratégia Total». Particularmente significativa no domínio regional é a estipulação da «acção económica» assim como da «acção relativa aos serviços de transporte, distribuição e telecomunicações».

A Constelação de Estados constitui, portanto, parte da Estratégia Total do regime do «apartheid». O primeiro conceito de uma Constelação foi utilizado pela primeira vez em 1975 por Vorster, Primeiro-Ministro naquela altura, mas o actual Primeiro-Ministro Botha, atribuiu-lhe muito maior substância numa reunião entre funcionários do Estado e altos representantes de todos os sectores importantes do capitalismo sul-africano, que teve lugar em 1979 no Hotel Carlton, em Joanesburgo. No seu discurso Botha apresentou a ideia da Constelação como uma proposta para o estabelecimento de «relações mutuamente proveitosas entre Estados independentes, excluindo especificamente a possibilidade de relações de tipo satélite». Porém a proposta Constelação apresenta realmente uma tentativa da África do Sul para impor a sua hegemonia na região e reunir os outros Estados da região numa aliança económica e política sob aquela hegemonia. A estratégia da Constelação constitui fundamentalmente apenas uma nova versão, necessariamente modificada pelo novo equilíbrio de forças na região, das políticas

regionais seguidas pela África do Sul desde a União, em 1910.

EXPANSIONISMO SUL-AFRICANO

Antes da Segunda Guerra Mundial, o grupo no poder na África do Sul tinha ambições directamente colonialistas. Os objectivos da sua política regional consistiam em «rematar o estado sul-africano com fronteiras penetrando profundamente no coração da África».

Essa classe dirigente considerava a África do Sul como o centro natural da África colonial e procurava não só estender o mais possível a sua influência no subcontinente, mas mesmo incorporar, um dia, numa grande África do Sul alguns territórios dominados pela Grã-Bretanha. A Grã-Bretanha foi alvo de várias tentativas para induzi-la a renunciar à sua soberania sobre os antigos «High Commission Territories», os actuais Estados de Botswana, Lesotho e Suazilândia; e pediu-se o acordo da Liga das Nações para a incorporação da Namíbia.

Estimulou-se a emigração maciça de colonos sul-africanos para territórios a Norte, sobretudo para os actuais Estados de Zimbabue, Zâmbia e Quênia, bem assim como para a Namíbia. Efectuaram-se investimentos nesses territórios e assinaram-se acordos económicos com as administrações de colonos ou com as potências coloniais metropolitanas. De vez em quando propunha-se a união política aos representantes políticos dos colonos nas Rodésias de então (Zimbabue e Zâmbia).

Em 1948, ano em que o Partido Nacionalista ascendeu ao poder sob a direcção de D. F. Malan, esses objectivos expansionistas não mudaram. Os regimes anteriores tinham procurado atingir esses objectivos principalmente em colaboração com a Grã-Bretanha e no seio do «Commonwealth» britânico, mas Malan esforçou-se por conseguir o reconhecimento da África do Sul como potência colonial própria, com o direito de exercer o controlô sobre a África ao Sul do Sahara. Para atingir o seu objectivo o Ministério de Malan enviou embaixadores itinerantes que apresentassem essa posição às outras potências coloniais em África. Também participou com elas na formação de instrumentos colonialistas comuns de controlo e exploração, tais como a Organização de Defesa Africana, a Comissão de Cooperação Técnica na África ao Sul do Sahara, a Comissão de Cooperação Científica na África ao Sul do Sahara. A África do Sul esperava estabelecer-se, desse modo, como «ligação permanente entre as nações ocidentais, por um lado, e a população da África ao Sul do Sahara, por outro lado». Isso exigia o

reconhecimento da África do Sul pelas outras potências como «único país na África Austral com civilização branca e com o direito — em virtude da sua posição como país de brancos e da sua experiência com o problema dos indígenas e o problema dos mestiços — de actuar como conselheiro para os povos dos Territórios Setentrionais».

Porém, as ambições coloniais da classe capitalista que exercia o poder em Pretória, foram frustradas pelas lutas dos povos dos países em causa e do povo da própria África do Sul, assim como pelos protestos perante as Nações Unidas dos países recém-independentes e dos países socialistas.

MANOBRAS PARA O DESENVOLVIMENTO

A luta na África do Sul e no estrangeiro contra a política tanto interna como externa da classe dominante em Pretória intensificou-se nos anos 50 e no princípio dos anos 60, culminando no plano interno, no Congresso do Povo e na adopção da Carta da Liberdade em 1955; no Massacre de Sharpeville; na proibição do ANC e do PAC em 1960; na formação do «Umkhonto we Sizwe» em 1961 e pelo ANC e PCAS. No plano internacional, muitos países africanos conquistaram a independência. No ano 1960, 18 antigas colónias tornaram-se Estados e nas Nações Unidas as condenações do regime atingiram um nível muito elevado. Devido a estes acontecimentos, Pretória teve que abandonar a sua pretensão explícita à colonização directa de novos territórios. No plano interno, reagiu lançando o programa de bantustanização.

As reivindicações quanto ao Botswana, Lesotho e Suazilândia perderam a sua relevância quando se tornou evidente, em 1959, que a Grã-Bretanha não as aceitaria. Em lugar disso, afirmou-se que era necessário um «Commonwealth» de estados pretos e brancos, com a África do Sul como «mãe-pátria», e em 1964 Verwoerd já falava da criação dum Mercado Comum da África Austral que se estenderia para o Norte até ao Congo. O plano manteve-se em suspenso porque o regime se viu obrigado a consagrar consideráveis recursos à onda de repressão que desencadeou no país e bem assim como à sua defesa diplomática no estrangeiro.

Nos fins da década 60, Vorster evocou de novo as questões do «Commonwealth» e do «Mercado Comum» que afirmou constituírem uma política «virada para o exterior». Nessa ofensiva o regime utilizou emissários secretos, subornou influentes políticos e jornalistas estrangeiros, representantes do alto comércio

e empresas transnacionais e chefes de bantustões. Também recebeu valioso auxílio das antigas potências coloniais, sobretudo da Grã-Bretanha e da França, que ainda exerciam uma forte influência sobre as suas antigas colónias, assim como dos Estados Unidos, através do Memorando 39 do Conselho de Segurança de Kissinger.

A ofensiva logrou a sua primeira vitória com a visita do Dr. Banda do Malawi à África do Sul no fim dos anos 60 e com a abertura da primeira missão diplomática daquele país na África do Sul. Introduziu-se nessa altura «o diálogo com a África do Sul» que teve fortes repercussões na Zâmbia e no Quênia, atravessando o continente até ao Senegal. Na Cimeira da OUA em 1971, o «diálogo» com a África do Sul figurava na ordem do dia. Na votação 28 países votaram contra o «diálogo», seis a favor (Costa do Marfim, Gabão, Lesotho, Madagáscar, Malawi e Mauritània) e cinco abstiveram-se (Damoé (Benin), Níger, Togo, Suazilândia e Alto Volta). Uganda e República Centro Africana estavam ausentes no momento da votação.

A África do Sul manteve a ofensiva virada para o exterior durante os primeiros anos da década 70. Porém, com a derrota do regime fascista em Portugal, em 1974, a situação começava a mudar. Primeiro houve a independência de Moçambique e Angola e a intensificação da luta armada no Zimbabwe. Esses factos e o que acontecera em Soweto em 1976 desnortearam o movimento de desanuviamento.

No fim dos anos 70 ficou patente que as anteriores tentativas feitas para estender a influência sul-africana na região tinham sido bloqueadas. Do ponto de vista do grupo no poder na África do Sul, tornara-se imprescindível um novo movimento estratégico. Esse movimento é a estratégia da Constelação de Estados da África Austral (CONSAS).

TÁCTICA MODIFICADA PARA A CONSAS

A diferença entre a CONSAS e as ofensivas anteriores da política regional sul-africana não consiste nos objectivos fundamentais mas no contexto modificado no qual a África do Sul procura conseguir esses objectivos. Como até agora, a África do Sul ainda procura estabelecer uma comunidade de estados aliados, governados por negros. Mas com a mudança do equilíbrio de forças na região tem que empregar novos meios para atingir o seu alvo. Reconheceu-se que a táctica utilizada durante as eras de Verwoerd e Vorster — contactos diplomáticos secretos, suborno, etc. «de personalidades chaves no domínio da

decisão» — constituía uma base demasiadamente grosseira, frágil e insegura para a construção de alianças regionais.

A estratégia da CONSAS baseia-se numa atitude muito mais subtil. Em vez de procurar sobretudo influenciar certos indivíduos que elaboram a política, a estratégia da CONSAS consiste em influenciar as condições objectivas nas quais se realizam as decisões. O seu objectivo é sobretudo construir uma série de relações económicas que sejam bastante favoráveis pelo menos para os dirigentes dos Estados africanos visados, a fim de que se convençam que têm interesses comuns com a África do Sul. Com esse fim, estabelecer-se-ão projectos de auxílio iniciado pela África do Sul sem exigir necessariamente o engajamento político do Estado receptor. Por outras palavras, considerar-se-ão como um futuro investimento, como um meio de enganar economicamente esses Estados a fim de influenciar o seu futuro comportamento político.

Uma outra característica assinalável da estratégia da CONSAS é a maneira mais subtil em que se define a base ideológica da aliança proposta. Os planificadores estratégicos da África do Sul reconhecem que provavelmente não será possível obter muito apoio directo para a política do «apartheid», mas calculam que se conseguirá a aceitação comum pelo menos da direcção de alguns dos Estados africanos visados da ideia que «uma ordem marxista não fornecerá soluções para os sérios problemas da África».

Os projectos concretos empreendidos para promover a Constelação terão portanto o objectivo, segundo a expressão utilizada por P. W. Botha, de «demonstrar de maneira prática as vantagens superiores do sistema em que acreditamos (quer dizer, o capitalismo)». A África do Sul espera poder assim obter uma aceitação muito maior da sua própria definição da luta pela libertação como «uma intromissão de elementos estrangeiros... que não vêm para ajudar e curar mas para escravizar e destruir». Espera que o resultado seja que certos Estados africanos apoiem cada vez menos a luta pela libertação.

OS ESTADOS VISADOS: «CONSTELAÇÃO INTERNA» E «CONSTELAÇÃO MAIS AMPLA»

A estratégia da Constelação foi desde sempre uma estratégia regional com o fim de estabelecer relações especiais entre a África do Sul e os Estados independentes vizinhos. Nas suas formulações iniciais, os estrategos do «apartheid» contemplaram um agrupamento de Estados com uma população total

de 40 milhões vivendo «ao Sul da linha horizontal da Zambézia». Mais especificamente, pensavam incluir o Botswana, Lesotho e Suazilândia (já membros da União Alfandegária e da zona monetária do Rand), bem assim como o Zimbabwe, a Namíbia e eventualmente o Malawi. Formulações posteriores falavam ainda mais ambiciosamente de um agrupamento que compreenderia 11 estados «estendendo-se até ao Equador». Além dos já mencionados, incluiria a Zâmbia e o Zaire e, «sob outros governos», possivelmente Angola, Moçambique e a Tanzânia. O proposto agrupamento regional descreve-se geralmente, no jargão dos estrategos do «apartheid», como Constelação «mais extensa» ou «mais ampla».

Mas há também o que os estrategistas do «apartheid» chamam a Constelação «interna». Esta a expressa que usam para descrever uma estruturação entre a África do Sul «branca» e os chamados bantustões «independentes». A estratégia da Constelação apresenta, pois, a esse respeito um aspecto da política interna. É um mecanismo apenas disfarçado por meio do qual o Estado central sul-africano pode afirmar o seu domínio sobre o que pretende serem territórios soberanos independentes. Constitui, de facto, a aceitação táctica pelos estrategos do «apartheid» da unidade essencial da formação social sul-africana, apesar da independência formal. É possível que esse aspecto dos bantustões tenha alguma importância em quaisquer novas «propostas constitucionais» que possam sair do Conselho Presidencial. Julga-se muito provável que o «conceito de Constelação» figure em lugar destacado nas propostas daquele organismo para a criação de uma nova ficção constitucional que pareça conceder direitos democráticos às massas oprimidas, embora mantenha de facto o monopólio do poder político do grupo racista actualmente no poder.

BALANÇO DA CONSTELAÇÃO

A estratégia externa da Constelação tem sido até agora um lamentável fracasso para a África do Sul. Não conseguiu incorporar qualquer dos Estados independentes visados em aspecto algum dos mecanismos da Constelação.

Esse fracasso pode atribuir-se a dois factores principais. Em primeiro lugar, a derrota infligida a Muzorewa nas eleições da independência do Zimbabwe pela Frente Patriótica, ZANU (FP) e PF (ZAPU). Quer dizer que em vez de se tornar um elemento-chave da Constelação, o Zimbabwe tornou-se um importante membro da Aliança dos Estados da Linha da Frente.

O segundo factor foi a acção dos Estados da Linha da

Frente que propuseram e estabeleceram um agrupamento regional alternativo, a Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC) e, facto crítico, conseguiram incorporar nela estados-chaves da CONSAS tais como o Malawi, Botswana, Lesotho e Suazilândia. Por conseguinte, o estabelecimento da SADCC e a inclusão de todos os Estados independentes da região constituíram uma importante vitória na luta anti-imperialista na região.

O resultado imediato do fracasso da estratégia da Constelação é que os mecanismos que até agora se estabeleceram para a Constelação se limitam à chamada «Constelação interna». Em Julho de 1980 um alto funcionário de Estado, o Dr. Gerhard de Kock, Governador Adjunto do Reserve Bank e Conselheiro Económico Especial do Primeiro-Ministro, foi nomeado «Coordenador de Assuntos da Constelação». Também se estabeleceu um Banco de Desenvolvimento da África do Sul, a fim de financiar os projectos da Constelação e, em particular, auxiliar pequenos empreendimentos comerciais e projectos infra-estruturais. Até agora essas estruturas só puderam funcionar na própria África do Sul, iniciando-se nos bantustões alguns projectos. Porém do ponto de vista regional é importante reconhecer que a estratégia mais extensa da Constelação não está de modo algum morta. Estabeleceu-se o mecanismo para aplicar essa estratégia e pode-se prever que visará no futuro, com perspicácia e astúcia, os Estados economicamente mais fracos e politicamente mais conservadores actualmente incluídos no agrupamento da SADCC. A este respeito deve recordar-se que os nove Estados membros da SADCC divergem consideravelmente quanto às suas orientações políticas fundamentais. Alguns são explicitamente capitalistas e pró-imperialistas, embora possam por várias razões mostrar-se prudentes perante a África do Sul. Outros Estados são francamente anti-imperialistas, e procuram uma transição socialista das suas estruturas económica, política e social. Manter os nove numa aliança contra a África do Sul será, portanto, uma luta contínua que dependerá sobretudo da capacidade da estratégia para fornecer uma verdadeira alternativa. É neste contexto que se deve analisar a estratégia da SADCC.

SADCC: A ESTRATÉGIA DOS NOVE

A Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral foi estabelecida em Abril de 1980, em oposição directa à Constelação proposta pela África do Sul. A SADCC, que compreende nove Estados independentes da região (An-

gola, Botswana, Lesotho, Moçambique, Malawi, Suazilândia, Tanzania, Zâmbia e Zimbabwe), definiu como os seus principais objectivos estratégicos uma «redução da dependência exterior e sobretudo da dependência da República da África do Sul».

A formidável tarefa de romper a dependência só pode ser apreciada sabendo até que grau os Estados da região estão actualmente economicamente ligados à África do Sul, sobretudo na esfera do comércio, do transporte e da mão-de-obra migratória.

A África do Sul foi durante os últimos cem anos o pólo central de desenvolvimento na região. A existência de ouro e de uma população colona garantiu o afluxo de capitais e estruturação de uma economia baseada na exploração da mão-de-obra barata.

O papel reservado a cada um dos Estados da região foi fundamentalmente, desde os fins do século XIX, de fornecedor de mão-de-obra e de serviços. Desta forma, existe uma especialização de trabalho regional em que a RSA fornece produtos agrícolas e industriais, compra mão-de-obra e utiliza certas infra-estruturas existentes nesses países, sobretudo transportes ferroviários e marítimos.

Os países da região têm a função de fornecer mão-de-obra migratória e comprar mercadorias sul-africanas. A exportação de mão-de-obra barata, se aparentemente fornecia uma saída para uma força de trabalho potencialmente desocupada e com possibilidades de obter salários em valores absolutos mais altos dos pagos nos países da região, serviu para reforçar o cordão umbilical em relação a Pretória.

Esta imagem torna-se mais complexa se tomarmos em conta a história da região desde o século XIX. Todos os países da região, à excepção de Moçambique e de Angola, estiveram subordinados ao colonialismo britânico. Mesmo as possessões coloniais portuguesas estiveram na esfera de influência directa do imperialismo inglês devido às relações existentes entre Lisboa e Londres.

Nos quadros que se seguem podem ver-se algumas das consequências da subordinação da economia dos países da região à África do Sul. O Quadro 1 mostra até que ponto seis países da região permaneceram dependentes do mercado sul-africano em meados da década 70, no domínio das importações. Três países (Botswana, Lesotho e Suazilândia), ligados à África do Sul pela União Alfandegária da África Austral, receberam pelo menos 80 por cento das suas importações da África

do Sul. O Quadro 2 mostra a dependência dos países vizinhos ao sistema de transporte sul-africano. Pelo menos metade das exportações e importações de cinco países, não destinadas a nem procedentes da África do Sul, passam por portos sul-africanos, devendo-se naturalmente acrescentar as exportações e importações da África do Sul que são consignadas pelos serviços de transporte sul-africanos. Finalmente o Quadro 3 indica o movimento da mão-de-obra migratória para a África do Sul. Embora tenha diminuído muito o número de trabalhadores «estrangeiros» na indústria mineira sul-africana, de acordo com a política de «internalização» da Câmara das Minas, o equivalente a 20 por cento da força de trabalho total de cinco países continua a servir de mão-de-obra migratória nas minas sul-africanas.

QUADRO 1

LIGAÇÕES COMERCIAIS ENTRE A ÁFRICA DO SUL E A ÁFRICA AUSTRAL

| País/Ano | Valor das exportações sul-africanas (em milhões) | Valor das importações sul-africanas (em milhões) | Porcentagem das export. totais para a África do Sul | Porcentagem das import. totais da África do Sul |
|------------------------------|---|---|--|--|
| Botswana (1976) | R 145 | R 22 | 14,3 % | 80 % |
| Lesotho (1974) | R 60 | R 5 | 50,2 % | 76 % |
| Suazilândia (1975) | R 33,7 | R 16 | 12,1 % | 87 % |
| Moçambique (1973) | Contos 2,3 | Contos 0,5 | 9,4 % | 20,3 % |
| Malawi (1975) | K 41,2 | K 5,7 | 5,3 % | 18,8 % |
| Namíbia (1977) | R 250 | R 200 | n.a. | n.a. |
| Zimbabwe (1972) | R 180 | R 103 | 16,1 % | 37,5 % |
| Total avaliado (1978) | R 876 | R 416 | — | — |

FONTE — D. G. Clarke, «The Employment Impact on Migrant Exporting Economies of Altered Trade Relations in Southern Africa: A Preliminary Assessment» (Paper No. 107, ECA/MULPOC Conference on Migratory Labour in Southern Africa, Lusaka, April 1978).

QUADRO 2

LIGAÇÕES DE TRANSPORTE. TONELAGEM (IMPORTAÇÕES
E EXPORTAÇÕES ATRAVÉS DOS PORTOS DE VÁRIOS PAÍSES)
(000 toneladas e percentagens)

| País | Portos sul-africanos | Portos moçambicanos | Dar-es-Salaam |
|-------------------------|-------------------------|------------------------|---------------------|
| Botswana | 275 (71,99 %) | 107 (25,01 %) | — |
| Malawi | — | 800 (100 %) | — |
| Suazilândia | — | 745 (100 %) | — |
| Zâmbia | 510 (33,55 %) | 60 (3,95 %) | 950 (62,50 %) |
| Zimbabwe | 2500 (75,07 %) | 830 (24,93 %) | — |
| Totais | 3285 (48,47 %) | 2542 (37,51 %) | 950(14,02 %) |
| Tráfego sul-africano | — | 2300 | — |

FONTE — SADCC 2 Southern Africa Transport and Communication Commission: **Transport and Communication Projects**, (Maputo, November 1980), p. 1-13.

QUADRO 3

MÃO-DE-OBRA MIGRATÓRIA PARA AS MINAS DA ÁFRICA DO SUL

| | (1) População em idade de trabalhar 15-64 anos (000) | (2) Trabalha- dores assalaria- dos no país (000) | (3) Mão-de-obra migratória p/ as minas sul-africanas (000) | (3) como percentagem de (2) |
|-----------------------|---|---|---|--|
| Botswana (1975) | 261,1 | 62,5 | 16,6 (1975) 24,8 (1977) | 26,56% (1975) 39,68% (1977) |
| Lesotho (1975) | 538,2 | 27,5 | 85,5 (1975) 99,9 (1977) | 310,91% (1975) 363,27% (1977) |
| Suazilândia (1975) | 262 | 62,2 | 7,2 (1975) 11,7 (1977) | 11,50% (1975) 18,69% (1977) |
| Malawi (1975) | 231,8 | 242 | 15,5 (1975) 29,1 (1977) | 6,40% (1975) 12,02% (1977) |
| Moçambique (1975) | 2873,8 | 625 | 118 (1975) 38,2 (1977) | 18,88% (1975) 6,11% (1977) |
| Totais | 4166,9 | 1019,6 | 242,8 (1975) 203,7 (1977) | 23,91% (1975) 19,98% (1977) |

FONTE — Centro de Estudos Africanos: **O Mineiro Moçambicano**, (reedição, Maputo, 1979), p. 28.

Estas ligações com a África do Sul ilustram também uma forma típica de relação com o mercado mundial e com o sistema capitalista internacional. A maior parte destes países depende da exportação de um produto cujo mercado não controla e que é dominado pelas multinacionais. Em suma, a posição dos países independentes não surge somente da necessidade de mudar as suas relações com a África do Sul, no sentido de a obrigar a mudar o regime do «apartheid», mas também de reestruturar as suas próprias economias e as ligações com o mercado mundial. O objectivo estratégico a atingir é a construção de economias autocradas e independentes e combater a dependência e o imperialismo contando com as forças disponíveis e mobilizáveis através da cooperação regional.

Para se alcançarem estes objectivos o Grupo dos Nove países independentes da Região aprovou uma declaração em Lusaka em que os Chefes de Estado da região ou seus representantes, assumiram o compromisso formal de lutar pela independência económica da região e dos seus países em particular.

A Declaração de Lusaka — que é considerada o fim do princípio — denuncia que «os Nove Estados e um território ocupado... foram, em vários graus, incorporados pelos poderes metropolitanos, pelos países coloniais em geral às voltas da República da África do Sul».

«O desenvolvimento futuro deve ter como objectivo a redução da dependência económica não somente da República da África do Sul mas também de qualquer outro Estado estrangeiro ou grupos de Estados.»

OS OBJECTIVOS DO DESENVOLVIMENTO

Os objectivos a alcançar não são definidos pelos países da SADCC em termos ideológicos ou como um fim em si «como os burocratas regionais e os académicos podem muitas vezes pensar, mas um meio de alcançar os objectivos nacionais mais rapidamente, com custos mais efectivos e em melhores condições do que em economias nacionais isoladas».

A acção coordenada deverá ter como objectivo a realização das seguintes propostas:

1. A redução da dependência económica, particularmente, mas não somente, da República da África do Sul;

2. O reforço de laços para criar uma integração regional equitativa e genuína;
3. A mobilização de recursos para promover a implementação de políticas nacionais, regionais e inter-estatais;
4. Acção concertada para assegurar cooperação internacional dentro do contexto da nossa estratégia para a libertação económica.

Estes objectivos comuns não implicam que «cada Estado participe em tudo mas que seja beneficiário no balanço, o que no caso da indústria quer dizer que deve produzir e exportar mais, bem como beneficiar de fontes de importação adicionais».

ESTRATÉGIA E PRIORIDADES

A necessidade pragmática de efectuar uma tripla reestruturação a nível das economias nacionais, a nível da relação entre as diferentes economias regionais entre si e externamente, tanto em relação à África do Sul ou de outra fonte de dependência, está patente nos planos e programas da SADCC. A recusa em montar uma estrutura pesada, burocrática, de coordenação é uma decisão que decorre deste princípio.

No entanto, a constatação fundamental na planificação de uma estratégia é que existem na região os meios para uma nova ordem económica quanto à RSA e ao mercado mundial. Existe energia e matérias-primas para uma revolução industrial que permitirá que nenhum destes países «seja um mero peão no tabuleiro internacional de xadrez».

Estas premissas e a compreensão de que os nós de estrangulamento só serão identificados trabalhando em harmonia, obriga cada um dos países a iniciar um desenvolvimento nacional para fornecer mercadorias e serviços actualmente provenientes da República da África do Sul e contribuir assim para a criação de um esquema regional de cooperação e desenvolvimento.

O primeiro lugar da lista de prioridades foi atribuído à reestruturação do sistema de transportes e comunicações pois era necessário «substituir o sistema artificial projectado para intensificar a dependência em relação à África do Sul por um sistema natural que sirva os interesses dos países da região».

O sistema de transportes existente na região, planificado para convergir para o sistema de escoamento da África do Sul,

tem sido o principal nó de estrangulamento das economias dos países do «hinterland». Por exemplo, as mercadorias do Zimbábue, para chegarem à costa, têm de seguir via África do Sul, quando a ligação mais curta é com o porto da Beira. A Zâmbia vê-se forçada a servir-se do sistema ferro-portuário sul-africano.

Para coordenar esta acção em relação aos transportes, acção centrada em torno de projectos concretos com vista a garantir uma grande operacionalidade, foi criada a «Regional Transport and Communications Commission». Está prevista a criação de um «Southern African Development Fund» que poderá eventualmente vir a transformar-se num banco de desenvolvimento regional.

No entanto, apesar dos transportes terem sido considerados prioritários, outras áreas foram definidas como objecto de acção conjunta. O sistema comercial, apesar dos acordos bilaterais e multilaterais existentes, deverá ser estudado com vista a incrementar o volume do tráfego.

Outra grande área de preocupação prioritária é a da produção alimentar e protecção do meio ambiente. Foi proposto o estabelecimento do «Southern Africa Regional Centre», do «International Centre for Research on Agriculture in the Semi Arid Tropics (ICRASAT)», no Botswana. A maior parte do efectivo bovino existente na região tem sido vitimada por epizootias, sendo uma das principais a febre aftosa. O desenvolvimento da produção de vacinas no Botswana e o incremento da investigação científica foram definidos como urgentes. Acções coordenadas foram previstas para um Programa Regional de Segurança Alimentar envolvendo a constituição de estoques comuns e troca de informações sobre reservas para facilitar trocas inter-estados.

Os nove países decidiram também estimular a troca de informações com vista a conseguir uma acção concertada na actividade mineira, na exploração de bacias hidrológicas comuns, energia e agricultura. Soluções regionais para o problema do petróleo e para os excedentes de electricidade foram também propostas. A formação de quadros foi um outro grande sector identificado como prioritário, prevendo-se a implementação de cursos e projectos de formação conjuntos.

VITÓRIAS E PROBLEMAS

Os resultados práticos conseguidos até agora pelos nove países da África Austral são considerados animadores apesar de se ter cumprido somente a fase inicial do projecto.

O estabelecimento formal de um compromisso de desengajamento e a associação ao plano de países que têm sido tradicionalmente defensores de um diálogo com Pretória, são as maiores vitórias políticas da acção para a «Libertação Económica da África Austral».

A realização da SADCC 2 em Maputo e o compromisso em financiar os projectos apresentados por parte de países e organizações internacionais demonstra a aceitação internacional da acção. As investigações feitas, na altura, ilustram a preocupação por parte de certos países e organizações de procurarem fontes alternativas para investimentos e para obtenção de matérias-primas que normalmente provêm da RSA.

A defesa das posições de princípio feita pelos países da nova organização inter-regional nos debates em que se pretendia impor condições prévias para certos financiamentos é também um elemento comprovativo da dinâmica do projecto.

Mas se o projecto na sua globalidade pode ser considerado vantajoso e bem sucedido, alguns problemas — uns imediatos e outros potenciais — subsistem.

O desengajamento em relação à RSA e a integração regional só serão efectivos na medida em que for possível implementar em cada um dos países as medidas de reestruturação interna das suas economias e também das ligações externas, procurando-se parceiros alternativos para a obtenção de implementos que normalmente se obtêm de Pretória. A não realização destas propostas torna os países vulneráveis às manobras de intimidação e chantagem por parte dos sul-africanos.

No entanto, apesar da decisão política dos nove Estados, há certos factores conjunturais que poderão actuar contra os programas de desengajamento criando recuos momentâneos. A seca verificada em 1978, 1979 e 1980 em certas regiões do subcontinente e a insuficiência da produção de milho obrigou a que importações maciças de cereais fossem feitas da RSA. Era a única fonte possível de abastecimento rápido e eficaz.

Este tipo de acção é tomado numa perspectiva académica e purista como recuo e fraqueza da política de desengajamento. Nas palavras de um representante de um dos países membros do SADCC, um corte brusco das relações com a África do Sul «significa amputar uma parte do nosso corpo».

O projecto para a Libertação Económica da África Austral deverá ser encarado como um projecto progressivo e continuado, sendo impossível prever mudanças radicais de um dia para o outro. A destruição das relações existentes só será possível com a edificação de outras relações que não serão

obtidas da noite para o dia. Mas também é verdade que a luta necessariamente prolongada para romper o nó de estrangulamento sul-africano na região tem a maior importância tanto para os povos dos países vizinhos como para as massas que lutam na própria África do Sul.